

## Recensões

**Eswaran, Mukesh (2014), *Why Gender Matters in Economics*. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 396 pp., 1.<sup>a</sup> edição.**

Mukesh Eswaran, autor do livro em análise, é professor na Vancouver School of Economics da Universidade de British Columbia, Canadá, Senior Fellow do Bureau of Research and Economic Analysis of Development e investigador associado da organização Theoretical Research in Economic Development. Os seus trabalhos focam questões de desenvolvimento económico associados às desigualdades de género na Economia.

M. Eswaran apresenta como circunstância inspiradora deste livro a quase inexistência de livros de Economia abrangendo os tópicos que pensa terem relevo para a compreensão do papel das mulheres na economia: “Não consegui encontrar um livro que oferecesse uma visão abrangente da vida económica das mulheres” (p. xi). Não é, pois, de admirar que o livro proceda a uma revisão de literatura científica multidisciplinar em torno da questão de saber por que razão o género devia interessar à ciência económica. Fazendo recurso a propostas de leitura tão distintas como o feminismo, o marxismo, o pós-modernismo, a psicologia, a biologia e a ciência política, a questão proposta é a de saber porque deve o género interessar mais à ciência económica do que aparentemente parece já acontecer. Em particular, como acomodar efeitos do comportamento cujas causas remetem para tais abordagens disciplinares com leituras mais potentes do que as permitidas exclusivamente por modelos económicos dominantes.

O eixo de questionamento que perpassa o livro centra-se na tentativa de estabelecer

como, em contexto económico e não económico, o comportamento determinado por razões económicas e não económicas (culturais, sociais e psicológicas) se revela à partida genderizado. As diferenças manifestas na economia resultam, pois, do concurso dos diferentes fatores em jogo, dos seus pesos e das suas interações.

Partindo da simples constatação de que: “[...] pequenas diferenças e vantagens relativamente menores (tais como a força física nos homens) podem ser amplificadas para produzir diferenças de resultados notórias no campo económico” (p. 1), o livro apresenta as diferenças de comportamento de homens e mulheres em contexto económico a partir de ângulos bem diversos: porções a atribuir à biologia, à psicologia e à socialização; distribuição de poder no casal/agregado familiar; razões para a diferença de poder decisório de homens e mulheres e causas da sua persistência atual; o porquê da preponderância da divisão de trabalho ser ainda hoje, para as mulheres, a da atribuição de tarefas ancestrais de trabalho doméstico e cuidados com as crianças; o papel dos mercados na determinação do bem-estar das mulheres; discriminação das mulheres nos mercados; consequências da globalização para o bem-estar económico e social das mulheres; consequências do matrimónio, contraceção e fertilidade para as mulheres, comparativamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; fatores económicos determinantes na aquisição de direitos políticos (sufrágio) e efeitos no bem-estar económico e social; e, finalmente, como empoderar as mulheres.

As discussões decorrem em torno de quatro módulos organizados em capítulos, que se seguem a um primeiro capítulo introdutório. Uma característica que se destaca é a da existência de uma seção de “Exercícios e questões para discussão” no fim de cada capítulo. Embora tal faceta possa emprestar ao livro um cariz pedagógico mais tradicional, a verdade é que o restante texto não segue tal modelo. De leitura acessível, o texto não oferece dificuldades de interpretação, exceto em alguns, poucos, pontos de tecnicidade mais exigente (por exemplo, sobre modelos de negociação). Numa apreciação global, acaba por ser um livro para estudantes de licenciatura, tal como no Prefácio o autor confessa ter sido o seu desígnio, sendo as questões “[...] tratadas a um nível não técnico que presume apenas conhecimento dos princípios básicos da economia” (p. xi).

O Módulo 1, “Matérias fundamentais”, procura estabelecer quais os mecanismos centrais sociais, psicológicos e económicos que determinam as diferenças de género. Este módulo é composto de dois capítulos: 2 – “Comportam-se homens e mulheres de modo diferente em situações económicas?” e 3 – “O que determina o equilíbrio de poder no agregado familiar?”

O Módulo 2, “Género nos mercados”, discute o papel das mulheres nos mercados e o grau de discriminação que aí encontram num pano de fundo geral de globalização. Composto de três capítulos: 4 – “São as mulheres discriminadas negativamente no mercado de trabalho?”, 5 – “De que modo os mercados de crédito afetam o bem-estar das mulheres?” e 6 – “Que efeitos tem a globalização nas mulheres?”

O Módulo 3, intitulado “Casamento e fertilidade”, aborda questões de natureza mais institucional e sociológica em três capítulos: 7 – “Quão bem se dão as mulheres na instituição casamento?”, 8 – “Porque

são as mulheres causas e vítimas do declínio da fertilidade?” e 9 – “Que benefícios tiram as mulheres do acesso melhorado ao controlo de natalidade?”

No Módulo 4, intitulado “Empoderar as mulheres”, discutem-se formas de promoção do desenvolvimento e reforço da autonomia decisória e económica das mulheres. Composto dos dois últimos capítulos: 10 – “Como as mulheres alcançaram o sufrágio e quais os seus efeitos económicos?” e 11 – “Como podem as mulheres ser empoderadas?”

É neste último capítulo do Módulo 4 (Capítulo 11) que se concentram as “lições” colhidas em módulos anteriores. Seja no mercado de trabalho ou de crédito (Capítulos 4 e 5 do Módulo 2) ou no acesso ao planeamento familiar das mulheres (Capítulo 9 do Módulo 3), as consequências de diferenças biológicas e/ou psicológicas, caucionadas por formações sociais (sociedade patriarcal) e culturais (casamento), traduzem-se em práticas económicas reprodutoras que a Economia (mercados competitivos) só consegue contrariar parcialmente (Módulo 2). Perante a insuficiência de modelos estritamente económicos (por exemplo, salários de eficiência ou gosto pela discriminação) para a explicar e desmontar as desigualdades, torna-se necessário encontrar, por entre mecanismos não económicos que delas deem conta, as vias da sua superação. A este propósito, o autor aponta duas linhas de ação frutuosas no empoderamento das mulheres. Por um lado, a evidência que o papel da educação tem na determinação de autonomia das mulheres (nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento) e que tem conexão conhecida nos países mais desenvolvidos com o incremento de liberdade face ao casamento, à fertilidade e à contraceção, todas promovendo a desmontagem de desigualdades. Em países em desenvolvimento, os movimentos de

globalização parecem ter trazido maior rendimento e liberdade de escolha às mulheres, pelo que, por força de razão, aí a educação, com as suas consequências de autonomização da mulher, constitui uma via de superação de preconceitos e práticas discriminatórias que minam formações sociais e culturais atávicas. Por outro lado, o acesso das mulheres ao sufrágio, com o apoio renitente, mas efetivo, de legisladores (homens), constituiu um avanço maior na equalização das desigualdades. Eswaran sugere que o poder da legislação preventiva das desigualdades à partida (por exemplo, quotas), que resultaram em grande medida nos EUA, não deve ceder à facilidade de esquecer as consequências indesejáveis para as mulheres, principalmente em países menos desenvolvidos (por exemplo, na Índia). Mais ainda, do ponto de vista

económico, o crescente aporte de mulheres nos sistemas de ensino e no mercado de trabalho (com a correlativa expressão de preferências de consumo genderizadas), obrigam a dar atenção ao papel que as mulheres cada vez mais têm como alvos de políticas sociais de apoio à família, infância, saúde e poupança. As características das mulheres que inspiram novas políticas sociais de apoio à família são as mesmas que se exprimem na negociação (por exemplo, altruísmo *vs.* interesse próprio, cooperação *vs.* competição) (Capítulo 2) e nas escolhas de consumo que, em contextos específicos (agregado familiar, Capítulo 3), constituem ainda, ironicamente, ameaças de estereótipo (Capítulo 2) que minam o seu desempenho.

Miguel Oliveira

**Wall, Karin; Almeida, Ana N. de; Vieira, Maria M.; Cunha, Vanessa (coords.); Rodrigues, Leonor; Coelho, Filipa; Leitão, Mafalda; Atalaia, Susana (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas: indicadores, políticas, representações*. Lisboa: ICS/OPI/OFAP, 218 pp.**

A recente crise económica portuguesa tem manifestado um alcance, em termos dos seus impactos, que extravasa aquilo que é revelado nos indicadores quantitativos, geralmente relacionados com uma análise mais extensiva. A obra *Impactos da crise nas crianças portuguesas* pretende responder a dois objetivos principais: primeiro, a partir das narrativas das crianças, e reconhecendo-as enquanto vozes legítimas na produção de discursos, visibilizar os impactos da crise no seu dia-a-dia e respetivas consequências; em segundo, e de forma mais ampla, dar conta de uma série de dados estatísticos que caracterizam a infância em Portugal, mapeando o papel das políticas públicas com repercussões na vida das famílias portuguesas, em geral e das crianças, em particular.

O livro é composto por quatro partes, sendo cada uma delas um capítulo. As duas primeiras incidem numa abordagem macro, tendo como propósito analisar, desconstruir e sistematizar indicadores sociais relativos à situação das famílias e das crianças, observando, em simultâneo, as políticas públicas no mesmo domínio, nos últimos anos em Portugal, que correspondem ao período de crise. A terceira parte, correspondente ao terceiro capítulo, situa-se numa abordagem micro, dando conta dos discursos das crianças sobre a sua perceção da crise e dos respetivos impactos. Na quarta e última parte estão reunidas as principais conclusões do estudo realizado, e tecem-se algumas recomendações no sentido de contribuir para uma melhoria da situação